



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
<http://ageconsearch.umn.edu>
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

RACIONALIDADE AMBIENTAL POR PARTE DE PRODUTORES RURAIS SITUADOS NA REGIÃO DA NASCENTE DO RIO GRANDE

Environmental rationality by the rural producers in the headwaters of the Rio Grande

Anna Carolina Salgado Jardim¹, Robson Amâncio², Marcos Affonso Ortiz Gomes³

RESUMO

Os objetivos deste artigo são identificar e caracterizar a racionalidade ambiental dos agricultores, por meio da visão de mundo, das percepções, dos conhecimentos e das práticas socioambientais em duas comunidades rurais situadas nas proximidades da nascente do Rio Grande, no município de Bocaina de Minas, MG. Especificamente, buscou-se caracterizar o significado e a importância que os recursos naturais têm para os produtores rurais, além de identificar e analisar o uso que os mesmos fazem desses recursos, de forma a compreender qual o tipo de relação estabelecida entre os atores sociais e o ambiente natural que os envolve. Em função da complexidade dos objetivos propostos optou-se pela pesquisa de caráter qualitativo, uma vez que ela privilegia a compreensão dos comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação. Os resultados mostraram que estes produtores rurais, na maioria, sobrevivem da produção de subsistência, sendo poucos os que produzem com vistas à comercialização. Constatou-se que os mesmos percebem-se como parte integrante do ambiente natural que os envolve e que são dotados de uma racionalidade ambiental que guia suas ações em relação à utilização dos recursos naturais. Esta racionalidade é fruto da integração com o ambiente e dos próprios conhecimentos adquiridos e adaptados através das gerações – o chamado conhecimento tradicional. Tais produtores rurais têm muito a acrescentar ao meio acadêmico e aos diversos atores sociais que tratam da conservação ambiental, pois seus conhecimentos acerca da flora e fauna nativas, bem como dos modos de produção e ciclos naturais desta área específica, são imensos.

Palavras-chave: racionalidade ambiental, recurso natural, práticas socioambientais.

ABSTRACT

The objective of this article is to identify and characterize the environmental reasoning of local farmers and agriculturalists by understanding the world views, perceptions, knowledge bases, and socio-environmental practices of two rural communities situated in the proximities of the source of the River Rio Grande, in the municipality of Bocaina de Minas, Minas Gerais. Specifically, this article attempts to characterize the meaning and importance that the natural resources have for these rural producers: to identify and analyze the use that these producers make of their resources, in order to understand what is the type of established relationship between these social actors and the natural world that envelopes them. This analysis is performed by qualitative analyzes, thereby allowing a privileged understanding of the behaviors and beliefs of the subjects under investigation. The results of the investigation show that the rural agricultural producers under study, live generally through subsistence farming - there are very few producers that engage in commercial production of agricultural goods. These social actors see themselves as an integrated part of the natural environment that surrounds them and have a well developed sense environmental rationale, and a reasoning system that guides their actions in relation to their use of natural resources. This rational is the fruit of the integration of their knowledge of their natural surroundings and ecosystems which they have acquired and developed for countless generations - we will call this traditional knowledge. In this sense, these rural producers can not only contribute greatly to our modern academic understanding of their practices but also to the knowledge of the modern diverse social actors who are trying to contemporaneously conserve not only the environment in which the traditional rural producers live, but also their traditional knowledge base itself, especially where this knowledge pertains to the native Flora and Fauna and in particular the specific natural cycles of this area.

Key words: environmental rationality, natural resource, social-environmental practices.

1 INTRODUÇÃO

Nota-se o crescente esforço nacional e internacional no sentido de tentar transformar a relação entre os seres humanos e a natureza. A dicotomia presente

nessa relação foi acentuada com a expansão do sistema capitalista, da sociedade urbano-industrial e, mais recentemente, com o advento da globalização dos mercados, que levou a uma busca exagerada pela produção e pelo consumo de mercadorias, afetando sobremaneira os

¹Mestre em Administração – PPGA/DAE/UFLA – Departamento de Administração e Economia/ DAE – Universidade Federal de Lavras/UFLA – Caixa Postal 3037 – 37.200-000 – Lavras, MG – Professora no Centro Mineiro de Ensino Superior – Faculdade de Administração de Campo Belo – alecrim@ufla.br

²Doutorado em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade – CPDA/UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Professor Adjunto do Departamento de Administração e Economia/DAE – Universidade Federal de Lavras/UFLA – Caixa Postal 3037 – 37.200-000 – Lavras, MG – ramancio@ufla.br

³Doutor em Sociologia do Desenvolvimento – Institut für Soziologie – Westfälische Wilhelms-Universität Münster – Alemanha, 1993 – Estância Demétria – Caixa Postal 102 – 18.603-970 – Botucatu, SP – ortizgomes@uol.com.br

Recebido em 06/07/05 e aprovado em 17/04/06

recursos naturais (DIEGUES, 2000). A partir do momento em que as conseqüências deste modelo de desenvolvimento tornam-se evidentes, como, por exemplo, pela escassez de água, extinção de espécies animais e vegetais, efeito estufa, pobreza, entre inúmeros outros, diversos atores sociais, entre os quais se encontram os governos de vários países, empresas privadas, organizações não-governamentais, cientistas, lideranças locais, entre outros, vêm firmando acordos, criando leis, políticas e programas de desenvolvimento, no intuito de conservar os recursos naturais e garantir a satisfação das necessidades das gerações atuais e futuras. Nesse contexto, é relevante observar o papel fundamental dos agricultores na conservação, especialmente aqueles que vivem em áreas ecologicamente frágeis e de recarga hídrica especial.

Por outro lado, verifica-se que a percepção desses agricultores nem sempre é considerada quando são elaborados os mecanismos jurídicos, científicos e tecnológicos de gestão socioambiental, o que, muitas vezes, implica na falta de cumprimento das estratégias e ações propostas.

É interessante notar que, no bojo dos acordos e das políticas de gestão ambiental, encontra-se o tema da conservação dos recursos naturais, que ocorre predominantemente de duas formas: por meio de áreas naturais protegidas e desabitadas e ou pelas propostas de manejo integrado dos ecossistemas, como no caso das bacias hidrográficas; estas últimas, apesar de salientarem a participação da população local, são impostas (DIEGUES, 2001). Isso significa que, quando as populações são envolvidas, isso ocorre já no momento de praticar as ações conservacionistas, quando, talvez, essas populações devessem ser conhecidas e ouvidas antes da definição do curso de ação a ser tomado.

Esse descompasso entre políticas e legislação, de um lado, e a prática sócio-econômica dos agricultores, de outro lado, leva os esforços a passarem por um delgado gargalo, produzindo poucos efeitos concretos. Na tentativa de minimizar os efeitos deste gargalo, o objetivo deste artigo é compreender a racionalidade ambiental dos agricultores, por meio das visões de mundo, percepções, conhecimentos e suas práticas em duas comunidades rurais situadas nas proximidades da nascente do Rio Grande, no município de Bocaina de Minas, MG. Especificamente, pretende-se caracterizar o significado e a importância que os recursos naturais têm para os produtores rurais; identificar e analisar o uso que os mesmos fazem desses recursos, de forma a compreender qual o tipo de relação estabelecida entre esses atores sociais e a natureza.

Cabe ressaltar que parte do território do município de Bocaina de Minas, MG integra a primeira unidade de conservação instituída no Brasil, o Parque Nacional de Itatiaia que, por sua vez, está localizado na Área de Proteção Ambiental (APA) da Mantiqueira, decretada desde 1985, abrangendo 26 municípios de três estados (SP, RJ e MG). Nota-se que as ações referentes à gestão da APA encontram alguns gargalos: zoneamento ecológico econômico ainda não foi implementado; apesar da formação do Conselho Consultivo, em 2003, a participação da sociedade civil no processo de gestão desta UC, segundo Ribeiro (2005), está sob a responsabilidade dos representantes do movimento ambientalista da região. Dessa maneira, embora a formação do Conselho signifique um considerável avanço no processo de gestão da APA, não há a participação da população rural/tradicional neste contexto, o que pode comprometer sobremaneira as propostas e ações conservacionistas na região.

Destaca-se, ainda, que Bocaina de Minas também tem relevância no que concerne aos recursos hídricos, pois, devido à sua topografia montanhosa, é responsável pela formação de nascentes e conseqüente drenagem dos córregos e rios formados pela água da chuva coletada e armazenada nos lençóis freáticos das bacias de cabeceira. A ação econômica e o modo de fazer a produção dos agricultores interferem diretamente sobre as condições cíclicas dos fenômenos e características naturais dessa área específica. São os atores sociais que estabelecem o elo direto da sociedade com este “pedaço natural” e, portanto, se constituem o centro desta pesquisa.

Pretende-se, dessa maneira, contribuir para a busca de formas alternativas de conservação da natureza, em que as percepções e os conhecimentos da população local sejam considerados no processo como um todo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Os camponeses e suas especificidades

Alguns autores vêm, há muito, estudando as especificidades dos camponeses, como, por exemplo, Cândido (1975), Chayanov (1974) e Heredia (1979), entre outros, os quais concordam em que os camponeses devem ser analisados em termos de suas especificidades, ou seja, partindo do pressuposto de que esse grupo social é dotado de uma racionalidade própria. Sob esta ótica, Cândido (1975) cria uma tradição nova, em que cada população, antes de tudo, é ambientalizada, conformando a importância de se perceber o local onde está inserida e as relações estabelecidas entre as comunidades e o ambiente natural.

Corroborando essa colocação, Posey (1997) mostra que a racionalidade dos camponeses e das demais populações tradicionais é o resultado de uma ambientalização que combina processos sociais com os aspectos simbólicos.

Complementarmente, Woortmann & Woortmann (1997) constatam que o processo de trabalho faz-se, de um lado, a partir de uma idealização da natureza. Desse modo, não existe uma natureza em si, mas sim uma natureza cognitiva e simbolicamente apreendida. De outro lado, o trabalho se faz no interior de um processo de relações sociais que transformam a natureza. O significado simbólico do trabalho e o modelo do saber não são dimensões separadas, portanto, as sociedades camponesas incorporam, em sua racionalidade, a produção e o meio ambiente como uma realidade única.

No mesmo sentido, Dayrell (1998) observa que a relação estabelecida entre produção e natureza é mediada por este saber, proveniente do conhecimento acumulado, transmitido e enriquecido ao longo das gerações. Esse saber é chamado, por alguns autores, de tradicional, não porque ele se conserva, mas porque se renova, porque é dinâmico. Neste contexto, é importante esclarecer que, para efeitos desta pesquisa, o uso do termo tradicional não deve ser interpretado a partir de uma visão dicotômica - que separa em lados opostos a modernidade e a tradição -, mas sim como algo dinâmico.

As sociedades camponesas, denominadas de populações tradicionais por alguns autores, apresentam algumas características que foram descritas por Cândido (1975) e sistematizadas por Diegues (2001), e que se referem: à forma como essas populações se relacionam com a natureza e entre si (laços de parentesco, transmissão do saber entre as gerações, etc.); à importância das atividades de subsistência e das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativas; à reduzida acumulação de capital; à utilização de tecnologias simples, de baixo impacto sobre o ambiente; à reduzida divisão técnica e social do trabalho; ao fraco poder político e à auto-identificação ou identificação pelos outros de pertencer a uma cultura distinta das outras.

Porém, antes de abordar a questão da conservação da biodiversidade, é preciso apresentar o conceito de camponês que norteia essa pesquisa. A definição fornecida por Toledo (1996) incorpora, além dos aspectos econômicos, os ecológicos, culturais e do tipo de energia utilizada pelos mesmos durante o processo de produção. Assim,

O camponês é possuidor de um fragmento da natureza da qual se apropria de maneira direta e em pequena escala, com seu próprio trabalho manual, e tendo como fonte fundamental de energia a de origem solar, e como meio intelectual de apropriação seus próprios conhecimentos e crenças. Tal apropriação constitui sua ocupação exclusiva ou principal, a partir da qual consome em primeira mão, no todo ou em parte, os resultados obtidos, satisfazendo com isto, diretamente ou mediante seu intercâmbio as necessidades familiares (TOLEDO, 1996, p. 24).

2.2 Os camponeses e a biodiversidade

Muitos autores vêm desenvolvendo pesquisas que demonstram a importância das populações tradicionais na conservação da biodiversidade, dentre os quais se podem citar Diegues (2001), Gómez-Pompa & Kaus (2000), Posey (1997) e Roué (2000), entre outros. Entretanto, nem sempre os povos tradicionais conservam a biodiversidade do local em que vivem, mas isso não é razão para se ignorar os saberes milenares dos mesmos. Na verdade, conforme ressalta Diegues (2001), todas as sociedades, sejam elas modernas ou tradicionais, podem ou não apropriarem-se da natureza de forma destrutiva.

É interessante salientar que, quando se fala na importância das populações tradicionais na conservação da natureza, está implícito o papel preponderante da cultura e das relações entre os seres humanos e a natureza. Nesse sentido, tanto Toledo (1996) como Diegues (2001) ressaltam o confronto entre dois saberes: o tradicional (sabedoria, baseada em crenças e na fé) e o científico-moderno (saber racionalista comprovado). De um lado está o saber acumulado das populações tradicionais sobre os ciclos naturais, a reprodução e migração da fauna, a influência da lua nas atividades de corte da madeira, da pesca, sobre os sistemas de manejo dos recursos naturais, as proibições do exercício de atividades em certas áreas ou períodos do ano, tendo em vista a conservação das espécies; de outro lado, está o conhecimento científico, oriundo das ciências exatas que não apenas desconhece, mas despreza o saber acumulado, pois os cientistas acreditam que o mundo natural tem vida própria, sendo objeto de estudo e manejo, preferencialmente desconectado da participação dos humanos.

Mas, para compreender tais argumentações, é preciso definir exatamente o que se entende por conhecimento tradicional. Gómez-Pompa & Kaus (2000) o definem como o conhecimento cumulativo específico para o ambiente local. Diegues (2000) apresenta uma definição

mais completa, na qual o conhecimento tradicional se refere ao saber e ao saber-fazer, a respeito do mundo natural e sobrenatural, gerados no âmbito da sociedade não urbano-industrial e transmitidos oralmente de geração em geração.

Dessa forma, para as populações tradicionais, a biodiversidade não é vista como “recurso natural”, mas sim como um conjunto de seres vivos que tem um valor de uso e um valor simbólico, integrados numa complexa cosmologia. Assim, essas populações não só convivem com a biodiversidade, mas a nomeiam e classificam as espécies vivas segundo suas próprias categorias e nomes. No entanto, Diegues (2000) aponta uma outra importante diferença: é que essa natureza diversa não é vista necessariamente como selvagem em sua totalidade, sendo constantemente domesticada e manipulada.

Enfim, como ressaltam Gómez-Pompa & Kaus (2000), o desafio é compreender os instrumentos, tecnologias, técnicas, conhecimento e experiências que acompanham o sistema de produção de uma determinada sociedade. E, como existem diferenças entre as formas pelas quais as populações tradicionais produzem e expressam seu conhecimento sobre o mundo natural e às desenvolvidas pela ciência moderna, fica evidente a necessidade de conciliar o saber acumulado pelas populações e o saber científico nos modelos e políticas atuais de conservação. O primeiro passo nesse sentido pode ser a compreensão da percepção e da racionalidade ambiental das sociedades camponesas.

2.3 A percepção e a racionalidade ambiental camponesa

Diegues (2000) resalta que existem vários olhares na construção de paisagens, a saber: o olhar das populações urbanas ou as elites, marcado pela noção do estético e do belo; o olhar dos cientistas, que vêem nela um conjunto de habitats e o olhar das populações locais, sobretudo as rurais, para as quais a paisagem é, sobretudo, o lugar onde vivem. Heredia (1979) o chama de morada da vida, ou seja, o espaço construído material e simbolicamente, herdado dos antepassados e sujeito a transformações provenientes tanto dos fatores naturais, como dos humanos e até dos sobrenaturais. Esses três olhares se cruzam, muitas vezes, de forma conflitiva.

A maneira como os camponeses representam as relações ecológicas pode estar mais próxima da realidade do que do conhecimento científico, o que implica em dizer que a conservação talvez não esteja presente no vocabulário, mas é parte de seu modo de vida e de suas percepções do relacionamento humano com o mundo da natureza. Devido a isso, Diegues (2000) afirma que a noção

de paisagem como um mosaico de habitats e de lugares, desde os mais intocados aos mais domesticados pelas comunidades tradicionais, tem se tornado cada vez mais importante para a conservação.

Gómez-Pompa & Kaus (2000) chamam a atenção para a necessidade de enfatizar a importância de uma percepção compartilhada quanto aos cuidados com a terra, tanto na política de conservação quanto na educação. Todavia, integrar essa percepção requer o reconhecimento da presença humana nas áreas naturais. Parte do problema em trabalhar com a população local vem da percepção urbano-industrial de áreas naturais como sendo desabitadas, desviando automaticamente a atenção primeiro para a terra e depois para as populações locais. O primeiro passo pode ser o reconhecimento de que tais populações são dotadas de uma racionalidade ambiental, que é fruto de sua percepção diferenciada acerca do mundo natural e essa é uma das questões que o presente artigo procura investigar.

As representações que essas populações fazem dos diversos habitats em que vivem, segundo Diegues (2001), também se constroem em função do maior ou menor controle de que dispõem sobre o meio físico. Nesse sentido, é importante analisar o sistema de representações, símbolos e mitos e o conhecimento acumulado que essas populações tradicionais constroem, pois é a partir dessa base que essas pessoas agem sobre o meio e desenvolvem seus sistemas de manejo.

Assim, cada cultura ou civilização constrói uma imagem diferente da natureza, percebendo cada qual a sua maneira, fazendo com que cada cultura adote uma estratégia particular de uso dos bens e riquezas nela contidos (WOORTMANN & WOORTMANN, 1997). Isso implica em dizer que em cada cultura existe uma racionalidade específica. Nesse sentido, Toledo (1996, p. 44) observa que as investigações contemporâneas têm se embasado, implícita ou explicitamente, na seguinte hipótese: “Em contraste com os sistemas modernos de produção rural, as culturas camponesas tendem a implementar sistemas ecológicamente corretos de apropriação dos recursos naturais”.

Esta hipótese, que pode ser considerada potencialmente como um novo paradigma científico, está embasada, por sua vez, na tese de que “na produção camponesa existe certa racionalidade ecológica”, o que não quer dizer que os camponeses sejam ecológicamente corretos em absolutamente todas as suas ações.

Dessa forma, os camponeses, assim como outros produtores rurais, utilizam meios intelectuais para

apropriarem-se da natureza durante o processo de produção. Neste contexto, o conjunto de conhecimentos (*corpus*) que os camponeses põem em jogo para apropriarem-se dos recursos naturais (*praxis*) se converte num fator decisivo (TOLEDO, 1996). Por meio desse conhecimento pode-se esclarecer como os camponeses percebem, concebem e conceituam os ecossistemas de que dependem para sobreviver. E mais, num contexto de economia de subsistência, esse conhecimento da natureza se converte em um componente decisivo no “desenvolvimento” e na implantação da estratégia camponesa de sobrevivência baseada no uso múltiplo dos recursos naturais.

Assim, a produção é adequada à medida que mantém o equilíbrio dos sistemas naturais, ou seja, a racionalidade ecológica dos camponeses inclui uma dimensão subjetiva ou mítica configurada em um sistema de crenças, em que a natureza é reverenciada e respeitada. Fica claro o contraste entre a forma como os camponeses concebem a natureza e a visão ocidental e mecanicista, na qual a natureza é vista a partir da utilidade que tem para o processo de desenvolvimento industrial.

3 METODOLOGIA

3.1 Natureza da pesquisa, os métodos utilizados e a coleta de dados

Em função da complexidade dos objetivos propostos no sentido de tentar apreender as visões de mundo, percepções e conhecimentos dos produtores rurais que habitam as proximidades da nascente do Rio Grande, optou-se pela pesquisa qualitativa. Em pesquisas dessa natureza privilegia-se a compreensão sobre os significados que os acontecimentos têm para os sujeitos da investigação, enfatizando-se a importância da interação simbólica e da cultura para a compreensão do todo (BOGDAN & BICKLEN, 1994).

Para que fosse possível descrever as comunidades enfocadas, examinando-as em profundidade da forma mais detalhada possível, utilizou-se o método de estudo de caso (BABBIE, 1999; BOGDAN & BICKLEN, 1994; LAVILLE & DIONNE, 1999). Porém, os objetivos da pesquisa de compreender percepções e significados dos produtores rurais em relação à natureza levaram à adoção da pesquisa etnográfica que permite, segundo Zaluar (1986), que o “nativo” deixe-se pensar pela lógica simbólica de seus mitos e de sua linguagem, enquanto ensina ao observador as coisas do seu mundo simbólico e social.

Dessa maneira, seguiram-se os caminhos da abordagem interpretativa, realizando-se a pesquisa em duas

etapas de trabalho de campo: a coleta inicial de informações (“viagem de reconhecimento”) e a coleta de dados propriamente dita, realizada com um roteiro de entrevistas já adequado às informações obtidas na viagem de reconhecimento (ALENCAR, 1999; WOORTMANN & WOORTMANN, 1997).

Na primeira etapa foi possível conhecer uma família típica da localidade que acabou se tornando fundamental para o desenvolvimento completo da pesquisa, pois foi por meio dela que a pesquisadora pôde ser apresentada e introduzida nas comunidades-alvo. Os dados recolhidos e observações foram registrados em caderno de campo, de forma a possibilitar posterior análise e adequação do roteiro de campo que guiaria a realização das entrevistas na segunda etapa, caracterizando a “seqüência circular de pesquisa” (ALENCAR, 1999).

A partir da viagem de reconhecimento elaborou-se um roteiro de entrevistas, desta vez mais prolongadas, de forma a permitir o convívio com as famílias de camponeses das comunidades escolhidas, abrindo caminho para a percepção de valores, chamando a atenção para categorias de pensamento e ação, a serem exploradas nas entrevistas (WOORTMANN & WOORTMANN, 1997).

A coleta de dados propriamente dita foi feita a partir de uma combinação de diferentes técnicas: observação não participante, entrevista semi-estruturada, história de vida e caminhada transversal (ALENCAR, 1999; ALENCAR & GOMES, 2001; BOGDAN & BICKLEN, 1994; LAVILLE & DIONNE, 1999; QUEIROZ, 1988).

A escolha das famílias entrevistadas se deu por amostra não probabilística intencional (MATTAR, 1996). Foram entrevistadas as 11 famílias de produtores rurais mais antigas das comunidades. Além disso, foram realizadas duas histórias de vida com os moradores mais antigos das redondezas para que fosse possível remontar um pouco da história recente da localidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 As comunidades do Rio Grande e da Pedra Negra

Nas comunidades do Rio Grande e de Pedra Negra os laços de parentesco e solidariedade são muito fortes, como observado em outras comunidades rurais por Abramovay (1992), Cândido (1975) e Heredia (1979), entre outros. O parentesco pode se dar por laços de sangue, por compadrio ou por ambos, simultaneamente e reflete nas relações econômicas, sociais e culturais do grupo social.

Um ponto que chama muito a atenção ao se estudar as práticas produtivas nas comunidades rurais do Rio

Grande e da Pedra Negra é a utilização de técnicas tradicionais ou mesmo rústicas de produção. Ainda são comuns os moinhos de pedra para a fabricação de farinha de milho, geradores de energia movidos à água, monjolos, teares, balaios de taquara, pilão e fornos de barro. Também são comuns em todas as casas os fogões à lenha, tendo sempre presente um banco construído ao seu pé, que serve para “quentar fogo”, como dizem os nativos. Os fogões com seus bancos, tão úteis nessa região de clima frio, são usados em todas as casas.

Os conhecimentos acerca daquele mundo natural são infinitos. Para mexer com o barro tem a lua certa, o lugar mais adequado para retirá-lo, ou seja, na verdade, são os conhecimentos que a natureza está sempre ensinando e que, de uma forma ou de outra, são passados através das gerações. São os conhecimentos que os teóricos, como Descola (2000), Diegues (2000), Roué (2000) e Toledo (1996), entre outros, chamam de tradicional.

4.2 O perfil das famílias visitadas e suas propriedades

Neste tópico tenta-se estabelecer, num primeiro momento, o perfil das famílias, a faixa etária dos entrevistados, o grau de escolaridade e a renda. No segundo momento, são enfocadas as propriedades rurais em termos de tamanho, arquitetura das casas e os quintais, que formam um todo com o mundo natural que os envolve e guarda tantos saberes.

Foram 11 as propriedades visitadas, sendo 7 localizadas na comunidade do Rio Grande e 4 na Pedra Negra. Das 11 famílias entrevistadas, todas vivem do trabalho na terra, das quais 9 produzem apenas para subsistência, tendo como única fonte de renda a aposentadoria que recebem. É importante salientar que a aposentadoria acaba sendo fundamental, uma vez que permite a aquisição de bens que não são produzidos na propriedade, como os medicamentos, por exemplo. Também é comum que um dos membros da família trabalhe fora. Das 11 propriedades, 3 ainda não dispõem de energia elétrica. A faixa etária dos entrevistados varia de 40 a 83 anos, exceto um, que tem idade inferior a 40 anos. Os entrevistados tiveram pouca oportunidade de estudar, o que lhes garantiu apenas um primário incompleto, porém, sempre ressaltam a própria busca pelos conhecimentos e a importância do aprendizado “na escola da vida”. É preciso esclarecer que, nas comunidades estudadas, só há uma escola que atende apenas aos alunos de primário.

No que se refere às propriedades, o tamanho das terras varia de 2 ha a 52 ha; 3 entrevistados não forneceram esse tipo de informação. Duas das propriedades visitadas

fazem divisa com o Parque Nacional de Itatiaia e são também as mais próximas da nascente do Rio Grande sendo, portanto, as que apresentam maior altitude – aproximadamente 1.822 m.

A arquitetura das casas dos nativos tem um padrão comum. Normalmente apresentam o pé direito baixo, devido aos ventos da montanha, são isoladas da umidade do solo e, como bem observou Mendes Júnior (1991), de tamanho a garantir uma morada decente, sem sobra de espaços. No quintal, ao redor da casa, estão presentes o pomar, a horta de verduras e medicinais, o chiqueiro e o galinheiro, o forno de quitanda, canteiros e vasos ou latas com as plantas ornamentais, além das bicas d’água e córregos característicos das propriedades nessa região onde os recursos hídricos são abundantes.

Os pomares são bastante diversificados (pêssego, laranja, limão, jaboticaba, nêspera, banana, marmelo, pêra, mamão, figo, noz moscada e pinhão, entre outras) e as mulheres costumam utilizar as frutas para fazer doces diversos para a sobremesa da família. Somente uma das entrevistadas comercializa os doces.

Na horta, normalmente cercada, é costume encontrar hortaliças e temperos e algumas plantas medicinais usadas pelas famílias. Os cuidados com a horta são de responsabilidade da mulher da casa (matriarca), a quem cabe também o cuidado com a alimentação e com a saúde da família.

Os conhecimentos relacionados aos poderes curativos das plantas são infinitos e mereceriam pesquisa específica. Tais conhecimentos são de grande valia numa região em que é extremamente difícil e demorado o acesso ao médico ou ao hospital.

4.3 A produção de alimentos

Os principais produtos agropecuários produzidos nas comunidades do Rio Grande e da Pedra Negra são o milho, o feijão e o leite, cujos sistemas de produção caracterizam-se pelo uso de tecnologias relativamente simples.

Os grupos de produtores rurais existentes são distintos: os que produzem para subsistência e os que produzem para comercialização. É interessante notar que a finalidade da produção determina o tipo de uso e manejo que os informantes fazem dos recursos naturais disponíveis em suas propriedades.

Dentre os 11 informantes pesquisados, 9 têm sua produção voltada para a subsistência, realizada com mão-de-obra familiar, sendo comum as trocas de dias de serviço, quando o trabalho é maior, como, por exemplo, nos períodos de roçada. É tradição nessas comunidades o plantio de

milho e feijão nas encostas das montanhas. Cada um produz na sua própria terra ou, no máximo, tomam emprestado uma pequena área de algum parente bem próximo.

Para preparar o solo, os produtores desmatam uma determinada área, fazem o aceiro em torno da área escolhida, queimam, destocam, capinam, roçam e preparam a terra com o enxadão para fazer as covas e jogar as sementes. Todo o processo é feito manualmente e, em alguns casos, utiliza-se a tração animal. Normalmente, uma área é utilizada por, no máximo, 4 anos, depois é deixada em descanso, até se tornar capoeira novamente. Somente dois dos entrevistados desse grupo afirmaram ter utilizado adubo químico no último ano de plantio, por influência de alguns conhecidos; os outros membros do grupo não costumam adubar a terra, mas quando o fazem é com esterco. As sementes são, na maioria das vezes, provenientes da colheita anterior, uma vez que apresentam-se adaptadas ao clima local. Os conhecimentos sobre o roçado são passados de pai para filho desde cedo, através do que os autores chamam de fazer-aprender, conforme ressaltaram Woortmann & Woortmann (1997).

Interessante notar que os moradores desta região ainda usam para o trabalho e transporte a tração animal, que, conforme notou Mendes Júnior (1991), “lhes permite uma relação quase familiar com as bestas de carga e de arado”. Esse processo, que nos tempos atuais pode ser considerado absolutamente rústico, é ainda o mais adequado para as condições topográficas da região, garantindo a produção com a melhor conservação do solo.

A incidência de pragas e doenças também está intimamente ligada à questão da queimada que, segundo os informantes, inibe sua proliferação. Isso implica na não utilização de produtos químicos nem biológicos para combatê-las; preferem seguir seus conhecimentos, utilizando a queimada e observando as fases da lua mais propícias para o plantio, corroborando o que Toledo (1996) chama de *corpus* e *praxis* que formam a racionalidade ecológica dos camponeses.

Como já dito, a produção voltada para a comercialização difere da produção para a subsistência em relação às práticas de manejo do solo, sendo, nesta última modalidade, mínima a utilização de recursos externos à propriedade. Além disso, as técnicas utilizadas na produção de subsistência são tradicionais – lembrando que o conceito do termo tradicional adotado é o mesmo utilizado por Dayrell (1998), Roué (2000) e Toledo (1996).

Dos 11 entrevistados, apenas 2 produzem para a comercialização. É necessário esclarecer que o que se planta não é comercializado diretamente, pois o produto

comercializado é o queijo parmesão - como ficará claro mais adiante. Porém, para a produção do queijo, é necessário formar os pastos de braquiária, as capineiras de napier e plantar o milho para fazer silagem ou rolão para o gado.

Aqueles que produzem com vistas à comercialização já adotam, ainda que de forma incipiente, insumos químicos e tração mecânica no preparo do solo. É interessante notar que essas tecnologias, provenientes da chamada Revolução Verde, só começaram a ser utilizadas nas comunidades pesquisadas há cerca de 5 anos e, mesmo assim, resumem-se à utilização de adubos e tratores.

Um dos entrevistados possui um trator próprio, então, o preparo do solo nesta propriedade consiste em aração, gradagem, adubação e plantio propriamente dito. As capinas são feitas com tração animal. Esse método é usado nas terras de baixada, onde inicialmente se planta o milho e depois a área é usada para a formação de pastos e capineiras. Quando, nas áreas de baixada, começa a se formar o pasto, a solução é avançar com o milho para as áreas de encosta. Por isso, esse informante também costuma plantar milho em encostas mais íngremes e, nesse caso, é preciso alugar um trator para fazer o serviço. Ainda assim, existem desníveis tão íngremes nas encostas, que o serviço tem de ser terminado com tração animal.

Nesse sentido, observa-se um impacto significativo da adoção da tração mecânica para os solos. Numa topografia tão acidentada, de morros tão íngremes, os tratores acabam por ter que realizar a aração no sentido vertical. Além disso, são necessários cortes profundos no solo para que o trator não corra o risco de despencar morro abaixo. Todo esse processo faz com que a terra escorra com as chuvas, gerando erosões cada vez maiores.

O outro informante começou a alugar o trator para a aração há um ano somente. Até então utilizava a tração animal. Num trecho de sua entrevista ele fez um paralelo entre a aração com tração animal e mecânica, demonstrando sua racionalidade ecológica em confronto com a racionalidade econômica.

Os entrevistados alegam que financeiramente sai mais barato alugar o trator do que alugar uma junta de boi, porque o serviço do primeiro rende mais, portanto, em poucos dias de aluguel já está resolvido. Outro entrevistado deixou claro que, quando seus pastos estiverem formados, utilizará novamente a tração animal no plantio do milho, uma vez que esse terá de ser feito nas áreas de encostas – donde se pode concluir que ele procura um equilíbrio entre as racionalidades ecológica e econômica.

Ambos os informantes costumam comprar os insumos de que necessitam em vilarejos ou municípios

vizinhos. No que se refere às sementes de milho, um dos entrevistados prefere adquiri-las de um antigo produtor numa comunidade rural próxima, pois afirma tratar-se de uma semente mais adaptada à região e de boa produtividade. As quantidades de insumos aplicadas ao solo são determinadas pela prática do aprender-fazendo.

O último aspecto que diferencia a produção de subsistência da produção para o comércio refere-se à mão-de-obra, pois, nesse último caso, além da família é necessário contratar pelo menos um ou dois empregados fixos. Quando tem algum serviço maior, como por exemplo, uma roçada, contrata-se a empreitada.

Há alguns pontos comuns entre as práticas utilizadas no plantio para o consumo e no plantio para a comercialização. Por exemplo, em ambos os casos, a área plantada é deixada em sistema de pousio por um período de 3 ou 4 anos; o esterco animal é utilizado como adubo nas hortas, pastagens e no milho; a incidência de pragas e doenças não é significativa e, portanto, não requer uso de defensivos; além disso, quando a terra que vai ser utilizada é de encosta e tem uma vegetação de capoeira, é comum a prática da queimada.

Um outro aspecto de extrema relevância é que o município de Bocaina de Minas não conta com uma Secretaria de Agricultura e não oferece nenhum tipo de assistência técnica aos produtores rurais, seja ela pública ou privada. Os entrevistados ainda afirmam que não há orientação nem no momento da compra de insumos. Portanto, o que ocorre nessas comunidades é a orientação proveniente de programas de televisão, como o Globo Rural e por meio das trocas de experiências com parentes, vizinhos e com as pessoas de fora.

Em relação à pecuária, constatou-se que, da criação de gado, conforme já havia notado Mendes Júnior (1991), provém a produção artesanal de queijos, como, por exemplo, o branco de Minas e o parmesão, além dos requeijões, manteiga e mussarelas.

Os animais criados para subsistência são, em geral, o gado de leite, as galinhas, patos, gansos, perus, porcos e abelhas, embora essa variedade não seja necessariamente encontrada em todas as propriedades. Desses animais são retirados os produtos, subprodutos e derivados para o consumo da família. Todos os entrevistados dispõem de animais para trabalho e transporte, tais como cavalos, éguas, mulas e burros que, em geral, variam em quantidade de acordo com o número de pessoas da família que residem na propriedade. Os animais são tratados com pasto nativo, restos de comida, soro de leite, sobras do milho colhido, etc.

Dos 9 entrevistados que produzem para o consumo, apenas 3 possuem gado de leite. O leite é consumido *in natura* e usado na fabricação de queijo mineiro, além de manteiga e doces, os quais são de responsabilidade das mulheres da casa.

Quem cria gado, mesmo em caráter de subsistência da família, acaba sendo obrigado a adquirir insumos externos à propriedade, como ração, farelo, sal mineral, vacinas e remédios contra os endo e os ectoparasitas que atacam os animais. Esses produtos são comprados em Santo Antônio ou na sede do município sem orientação técnica. A orientação é a que consta na bula do produto.

Um fato curioso é que nessas comunidades o escambo ainda é comum. Ou seja, os produtores costumam levar o excedente da produção até o armazém onde adquirem os alimentos e outros produtos dos quais necessitam e os trocam com o comerciante sem o envolvimento de dinheiro em espécie.

Os dois informantes que produzem para a comercialização têm, em média, de 60 a 110 cabeças de gado, das quais retiram de 200 a 550 litros de leite/dia para a fabricação de aproximadamente 20 a 45 kg de queijo parmesão/dia.

Existem alguns poucos laticínios na região, porém, o preço pago pelo leite é muito baixo. Este fato, somado às dificuldades de acesso e de escoamento da produção, fez com que os produtores optassem pela fabricação do queijo parmesão, que pode ficar armazenado por longos períodos e tem um bom preço no mercado.

Quanto à alimentação, os animais são tratados com capim napier e farelo no cocho, na época das águas e milho rolão e ou silagem, cana e farelo, na época da seca. As vacas em lactação ainda costumam receber o soro do leite. A silagem fica armazenada em silos de superfície.

Assim como no caso de quem produz para subsistência, as criações exigem a aquisição de insumos externos à propriedade, como o próprio farelo, as vacinas e os medicamentos contra endo e ectoparasitas, os quais são comprados em Bocaina ou no município de Liberdade.

4.4 Os recursos naturais: significado, importância e uso

Nesta seção pretende-se identificar o significado e a importância que os recursos naturais têm para essas pessoas e como são utilizadas a água, a vegetação e a fauna.

4.4.1 A água

Desses altos de serra brotam muitas nascentes, córregos e importantes rios. A abundância de água é tanta

que são raras as propriedades que não possuem nascentes, córregos ou até mesmo cachoeiras. Quando se pergunta se há conflitos ou disputas pelo uso da água, as pessoas riem – “cada um aqui tem sua aguinha” – é o que costumam responder. Mesmo existindo casos em que uma mesma nascente é dividida entre várias famílias – como é o caso de 1 das 11 famílias entrevistadas –, ainda assim há abundância a ponto de uma dessas famílias ainda dividi-la, fazendo várias bicas na própria propriedade. É comum as pessoas lavarem as vasilhas da cozinha e as roupas em bicas de água corrente localizadas ao redor da casa. Essa é uma tradição tão arraigada que alguns dos nativos preferem nem utilizar as torneiras, das quais ‘brota’ tão pouca água.

Geralmente, a água para o consumo da família na casa vem encanada desde a nascente. A água também é utilizada para o consumo dos animais e para girar os moinhos de pedra. Em geral, as nascentes não são cercadas e, dessa forma, as criações e os animais silvestres têm acesso a elas. Entretanto, são tão variados e abundantes os lugares que podem servir de bebedouros, que isso não representa uma ameaça à conservação.

Todos os entrevistados afirmaram que suas nascentes estão rodeadas de árvores, deixando implícito tratar-se de uma exigência legal e, portanto, deve ser obedecida para não gerar prejuízos financeiros. Entretanto, alguns deles comentam que, desde que pararam de roçar e formar pastos em volta das nascentes e nos morros, como antes, a água começou a minguar e outros acham que a quantidade de água do próprio rio Grande tem diminuído. Cabe salientar que a nascente do referido rio situa-se dentro do território protegido pelo Parque Nacional de Itatiaia, onde se supõe que esteja protegida. Alguns relacionam a diminuição da quantidade de água à incidência de chuvas e à mudança climática mundial. Mas, para saber exatamente qual lógica de raciocínio é a mais correta seria necessário montar uma equipe multidisciplinar para pesquisar o fato em profundidade, levando em consideração todas as possibilidades, sem a pretensão de provar que as ciências sabem mais do que a própria sabedoria popular.

Em todas as bicas, nos córregos e nos rios a água é cristalina, insípida e inodora. Entre os 11 entrevistados, 4 têm suas propriedades banhadas pelo rio Grande, que é pequeno visto com os olhos dos primeiros usuários. Outros 6 entrevistados possuem córregos e cachoeiras em suas terras, além, é claro, das nascentes. Na única propriedade em que os recursos hídricos não formam cursos d’água, as áreas de baixada são encharcadas.

4.4.2 A vegetação

Conforme já ressaltara Mendes Júnior (1991), dentre os elementos dessa cultura tradicional, chamada de caipira por alguns e de camponesa por outros, destacam-se: a escolha e a forma de corte das madeiras para construção das casas, dos paióis e dos currais; a maneira de selecionar as madeiras mais adequadas para cada parte das construções; as madeiras duras como a peroba, as canelas e o jacarandá para as vigas e os barrotes, a candeia para os esteios e o cedro e o pinheiro para as folhas de portas e janelas, o forro e os assoalhos; as madeiras boas para o cocho e as que servem melhor para lenha, as que dão melhor temperatura para a fornalha do alambique, as que servem para mourão, canga e assim por diante, confirmando a chamada racionalidade ecológica camponesa, descrita por Toledo (1996).

Os altos de serra são ainda os mais conservados pela população local, embora, nas propriedades mais distantes do Parque, estejam aumentando as áreas cuja aração inicia-se bem no alto do morro. Este fato pode ser explicado pela ação dos órgãos fiscalizadores que é mais acirrada nas áreas limítrofes ao Parque. Mas não foi sempre assim. Os nativos contam que os antigos chegaram a vender muitas toras de madeira e a queimar matas nativas para formarem seus pastos. Porém, com a criação do Parque de Itatiaia e a legislação ambiental cada vez mais rigorosa, essa geração de entrevistados já se viu obrigada a deixar a mata se regenerar em algumas áreas, especialmente aqueles proprietários que fazem divisa com a referida Unidade de Conservação e que tiveram, até mesmo, parte de suas terras tomadas pela União para integrá-la.

É fato que as matas ciliares são ralas, às vezes até inexistentes, pois representam as disputadas áreas de baixada, tão valiosas para o plantio das forrageiras e para a construção das casas de moradia. Entretanto, os entrevistados percebem a importância das matas ciliares para a manutenção dos corpos d’água. Isso significa que, mais uma vez, há o confronto entre as racionalidades ecológica e econômica.

Os nativos conhecem as árvores e suas funções, não só no que diz respeito ao uso das madeiras, seja para construção, mourão, lenha, entre outros, mas também como medicinais e, ainda, como indicativas de terras férteis. Segundo os entrevistados, as melhores madeiras para construção de casas são: a canela-preta, a canela-parda, a canela-amarela - também conhecida como canela-da-índia -, a canjerana, a peroba e o guatambu. Para fazer o forro das casas são indicados os ingás rajados. O cedro e o pinheiro

são utilizados para se fazer pilão. No caso de mourões para as cercas, as madeiras mais utilizadas e apropriadas são a candeia e a canjerana.

Deve-se considerar que os nativos têm uma lógica de manutenção dos recursos de que dispõem, como fica implícito na citação acima e que Toledo (1996) classifica como racionalidade ecológica, desenvolvida através do *corpus* e da *praxis* camponesa. Ou seja, eles sabem qual madeira cortar para que o conserto tenha maior durabilidade, a melhor forma de fazer o corte e, o mais importante, vão cortar somente o necessário.

A lenha, hoje em dia, só se pega quando já está seca, ou seja, nenhum informante declarou cortar árvores para deixar secar com intuito de usá-las no fogão. Este fato pode ter duas razões: a abundância de matas e, conseqüentemente, de galhos secos disponíveis e a ação dos órgãos fiscalizadores no que se refere ao corte de árvores. Dizem que as melhores madeiras para lenha, ou seja, as mais resistentes, que garantem a durabilidade do fogo são: capiroroca, canela cotia, alecrim grande, sucupira, espinho de agulha, louro, camburi, entre outras. Os galhos de pinheiro quando secos são muito utilizados para acender o fogão.

Os frutos nativos mais consumidos são: o pinhão, proveniente das araucárias, encontradas por toda a região; o ingá, mais comum nas matas ciliares; o arará; a goiaba silvestre; a jabuticaba silvestre; o araticum; o maracujá silvestre; o gentil; a castanha portuguesa e a noz moscada, encontrada nas encostas e altos de serra. Além disso, algumas pessoas costumam cortar lascas da casca da canela da índia, que é a amarela, para usar na fabricação de doces.

Há ainda aquelas árvores que, quando presentes numa determinada área, podem indicar o quão fértil é a terra. Essas árvores são: o jaborandi, a orelha de onça e um arbusto conhecido como vassoura de porco. O pinheirinho foi citado como indicativo de terras com baixa fertilidade. Essas informações demonstram, mais uma vez, a complexidade dos conhecimentos que as populações tradicionais têm acerca do ambiente em que vivem.

Mas da mata também é extraída uma infinidade de remédios (MENDES JÚNIOR, 1991). Nas comunidades pesquisadas, as plantas medicinais, sejam elas nativas ou exóticas, têm duas finalidades: a cura de doenças do corpo, como gripes, reumatismos, etc. e os benzimentos e simpatias. Existem os especialistas no assunto, que são procurados pelas pessoas que estão com algum problema. Em algumas entrevistas foi possível captar a importância que esses especialistas têm para a comunidade e a preocupação que existe em relação à transmissão desses

conhecimentos através das gerações. As rezas e os benzimentos foram também observados em pesquisas com populações tradicionais da Amazônia, por Descola (2000) e Gómez-Pompa & Kaus (2000), entre outros.

Esses conhecimentos merecem pesquisas específicas que possam garantir a catalogação científica das plantas, pois aqui só poderão ser relacionados os mais citados: cipó-laje, também chamado de cipó-índio, indicado para problemas no estômago, gripe, dor de cabeça e prisão de ventre; poalha, expectorante, bom para bronquite; cipó sumo, para purificação do sangue e cicatrização de feridas; macela galega, para combater a febre; carqueja, para o estômago e fígado; quaçã para o estômago; gabirovinha, para alergia; erva de Santa Rita, para menopausa; a sete sangrias, também usada para menopausa e para limpar o sangue; azeite de mamona, para curar berne nos animais, para mulheres de resguardo e para combater gripe em crianças; entre outros. No caso das rezas e benzimentos ainda são usados: a mamona vermelha, para tirar mal olhado, a arruda, para cortar quebrante e rabo de burro, para cortar cobreiro. Dizem que não costumam fazer mudas dessas espécies porque esses remédios ainda são muito abundantes nas matas.

4.4.3 A fauna silvestre

São muitos os animais silvestres observados pelos informantes: lontra, ariranha, sauá, bugio, mono carvoeiro, mico-estrela e várias espécies de macacos; entre as cobras, as mais citadas são a jararaca, a caninana, a urutu, a cascavel e a gerão de campo – que costuma correr atrás das pessoas; jacu, seriema e várias outras espécies de aves; irara, cachorro do mato, coelho, preá, entre outros.

Entre os animais silvestres que têm finalidades medicinais, destacam-se: onça, cuja gordura também é usada na cura do reumatismo; capivara, cujo óleo serve para curar reumatismo; gambá, a banha serve para combater bronquite; orelha de tatu, também é usada contra bronquite e o casco cura perebas; quati, a manteiga é boa para curar reumatismo, fazer massagem para dor na coluna e para problemas de calvície; lagarto, cuja manteiga melhora a surdez, entre outros. Os informantes, especialmente os mais antigos, demonstraram que a importância dos animais silvestres vai além das finalidades alimentícias e medicinais, pois existe também o respeito dessas pessoas pelas formas de vida “que Deus criou”.

Em relação à caça observou-se que os animais silvestres mais caçados pelos nativos são os que chegam para comer as roças de milho, como os catetos, queixadas e capivaras, ou os que vêm até o redor da moradia para

comer as criações, como é o caso das onças. Esses costumam ser mortos e consumidos.

É comum a vinda de cavaleiros, de cidades próximas, com bandos de cachorros para caçar animais, como o veado e esses, sim, fazem da caça um esporte. Atualmente, a caça está reduzida devido às denúncias e ações da fiscalização, porém, ainda ocorre com certa frequência. No caso dos nativos também chega a acontecer, mas de forma bem sutil, inclusive foram poucos os que tiveram a coragem de declarar o fato à pesquisadora, pois o medo de represálias é significativo. Mas, alguns entrevistados demonstraram que as carnes mais apreciadas são, principalmente, as da paca, do quati e de algumas espécies de porco do mato (canela ruiva, cateto e queixada). Obviamente há aqueles que realmente deixaram de caçar em função da pressão das leis de proteção à fauna silvestre.

Como a carne da paca é a mais apreciada entre os nativos, em várias entrevistas foi citado um caso muito interessante em que uma família de produtores rurais começou a tratar das pacas, que vivem naqueles altos de serra, oferecendo-lhes alimento e abrigo. Quando os nativos observam a diminuição na quantidade de animais de uma determinada espécie, o fato é atribuído à presença da onça. A relação estabelecida entre a onça e a queda na quantidade observada de determinadas espécies, em parte, pode ser verdade. De certa forma, os nativos faziam um controle da população de onças nas redondezas e atualmente esse parece ser o animal que eles mais têm medo de matar. Talvez este fato se deva à extinção de espécies, que faz com que a fiscalização seja mais acirrada nesse caso.

É notória a mudança nos hábitos dos nativos. A tradição da utilização dos animais silvestres tem sido abandonada em função das restrições de uso dos recursos naturais. Se, por um lado, contribui para a conservação da biodiversidade, por outro lado, esse processo influencia significativamente na cultura das populações tradicionais, não só no que se refere à importância que esses recursos têm nas crenças, simpatias e benzimentos, mas também porque acaba levando as pessoas a consumirem mais produtos de fora, tanto em termos de alimentos como também os remédios de farmácia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os produtores rurais enfocados nesta pesquisa, sejam eles chamados de camponeses, caipiras ou população tradicional, percebem a natureza diferentemente daqueles que são fruto da sociedade urbano-industrial, ainda que esses últimos esforcem-se

para dela aproximarem-se. A grande diferença é que os primeiros, conforme haviam ressaltado teóricos e pesquisadores, como Diegues (2000), Gómez-Pompa & Kaus (2000), Roué (2000) e Toledo (1996), entre outros, se vêem como parte da natureza, estão em constante troca com ela, a respeitam, a conhecem, sabem seus limites e potenciais.

Os resultados mostram que os produtores rurais enfocados, em sua maioria, sobrevivem da produção de subsistência, sendo poucos os que produzem com vistas à comercialização. Eles percebem-se como parte integrante do ambiente natural que os envolve e que são dotados de uma racionalidade ambiental que guia suas ações em relação à utilização dos recursos naturais. Quanto ao significado e à importância que os recursos naturais têm para os camponeses, constatou-se que a natureza – seja ela representada pelas matas ciliares ou de topos de morro, seja a água ou os animais silvestres - é parte do mundo socialmente construído por essas pessoas. Portanto, têm significado e importância como um todo com as áreas de plantio, com as criações domésticas, com a casa de morada e com a própria família.

Dessa forma, essas pessoas naturalmente ambientadas nesse espaço natural utilizam a própria racionalidade ambiental implícita em seu conhecimento tradicionalmente apreendido através das gerações para utilizarem os recursos naturais de forma a garantir a manutenção das diversas formas de vida que deles dependem para sobreviver. Fica claro, portanto, que tais produtores rurais têm muito a acrescentar ao meio acadêmico e aos diversos atores sociais que tratam da conservação ambiental, pois seus conhecimentos acerca da flora e fauna nativas, bem como dos modos de produção e ciclos naturais desta área específica, são imensos.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 1992. 175 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.
- ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa**. Lavras: UFLA, 1999. 125 p.
- ALENCAR, E.; GOMES, M. A. O. **Ecoturismo e planejamento social**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2001. 103 p.
- BABBIE, E. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 519 p.

- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Ed. Porto, 1994. 335 p.
- CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1975. 284 p.
- CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. 341 p.
- DAYRELL, C. A. **Geraizeiros e biodiversidade no nordeste de Minas**: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais. 1998. 188 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Internacional de Andalucía, Andalucía, 1998.
- DESCOLA, P. Ecologia e cosmologia. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação**: novos rumos para proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec/Nupaub/USP, 2000. p. 149-164.
- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec/NUPAUB/USP, 2001. 169 p.
- DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação**: novos rumos para proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec/Nupaub/USP, 2000. 290 p.
- GÓMEZ-POMPA, A.; KAUS, A. Domesticando o mito da natureza selvagem. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação**: novos rumos para proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec/Nupaub/USP, 2000. p. 125-148.
- HEREDIA, M. B. A. de. **Morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 164 p.
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 340 p.
- MATTAR, F. N. **Pesquisa de Marketing**. São Paulo: Atlas, 1996. 271 p.
- MENDES JÚNIOR, L. O. (Org.). **Relatório Mantiqueira**. São Paulo: FEDAPAM, 1991. 54 p.
- POSEY, D. Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados. In: RIBEIRO, D. (Org.). **Suma etnológica brasileira**. 3. ed. Belém: UPFA, 1997. p. 199-213.
- QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, O. M. von. **Experimentos com histórias de vida**. São Paulo: Vértice, 1988. p. 14-43.
- RIBEIRO, K. O. **Ação coletiva, conselho consultivo e gestão**: um estudo na área de proteção ambiental Serra da Mantiqueira. 2005. 119 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2005.
- ROUÉ, M. Novas perspectivas em etnoecologia: “saberes tradicionais” e gestão dos recursos naturais. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação**: novos rumos para proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec/Nupaub/USP, 2000. p. 67-80.
- TOLEDO, V. M. **La apropiación campesina de la naturaleza**: un analisis etnoecológico. [S.l.: s.n.], 1996. 104 p. Mimeo.
- WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**. Brasília, DF: UNB, 1997.
- ZALUAR, A. A teoria e prática do trabalho de campo. In: CARDOSO, R. **A aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 107-125.